



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Curso de Comunicação Social - Jornalismo

Mirella Anastacio da Silva

A linguagem não-binária na televisão: uma análise sobre a cobertura dos
jogos de Tóquio 2021

RECIFE - PE

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva , Mirella Anastacio da.

A linguagem não-binária na televisão: uma análise sobre a cobertura dos
jogos de Tóquio 2021 / Mirella Anastacio da Silva . - Recife, 2022.
55f : il.

Orientador(a): Fernanda Capibaribe Leite

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Jornalismo - Bacharelado, 2022.

1. linguagem não-binária. 2. olimpíadas. 3. televisão. 4. jornalismo
esportivo. 5. questões de gênero. I. Capibaribe Leite, Fernanda . (Orientação). II.
Título.

070 CDD (22.ed.)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Mirella Anastacio da Silva

A linguagem não-binária na televisão: uma análise sobre a cobertura dos
jogos de Tóquio 2021

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado no curso de Jornalismo
da Universidade Federal de
Pernambuco como requisito parcial
para a obtenção do título de Bacharel
em Jornalismo, sob a orientação da
Prof. Fernanda Capibaribe.

RECIFE - PE

2022

MIRELLA ANASTACIO DA SILVA

A linguagem-não binária na televisão: uma análise sobre a cobertura dos
jogos de Tóquio 2021

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado no curso de Jornalismo da
Universidade Federal de Pernambuco como
requisito parcial para a obtenção do título de
Bacharel em Jornalismo, sob a orientação da
Prof. Fernanda Capibaribe.

Aprovado em: 26/10/2022

Prof. Fernanda Capibaribe - Orientador
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Ana Veloso - Universidade Federal de Pernambuco

Bernardo Gonzales Cepeda Alvarez - Colunista do Mídia Ninja

26 de outubro de 2022

Primeiramente agradeço e dedico este trabalho a Deus por ter me dado força, sabedoria e determinação para que eu concluísse o curso de jornalismo. Dedico também aos meus pais e avós que me apoiaram em todos os momentos de dificuldades ao longo desta caminhada e que nunca mediram esforços para que eu estivesse aqui. Ao meu irmão, agradeço pelo companheirismo e pelos incentivos que mantiveram meu foco na elaboração do trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais que, desde pequena, vêm me dando todo suporte necessário para que eu posteriormente ingressasse em uma universidade pública. Sou grata imensamente a vocês por não desistirem de mim mesmo diante de tantas dificuldades, como as noites mal dormidas, o trabalho excessivo, dificuldades financeiras e dos comentários desmotivadores. Muito esforço me trouxe até esse momento, mas o mérito não é só meu. Costumo dizer que é como se vocês — meus pais e avós — também estivessem concretizando a graduação junto a mim, pois é assim que me sinto. Quero agradecer também a todos os amigos e professores que me deram suporte e apoio durante a graduação, todos têm a minha gratidão. Enfim, espero deixar minha contribuição para a universidade e finalmente concluir este sonho. Obrigada.

*“Minha luta diária é para ser
reconhecida como sujeito, impor
minha existência numa
sociedade que insiste em
negá-la”*

Djamila Ribeiro

RESUMO

O presente trabalho apresenta e tenta compreender as estratégias do uso da linguagem não-binária na televisão durante os jogos de Tóquio em 2021. Vale ressaltar que o debate sobre o uso de uma linguagem neutra não é novo e, hoje, vem sendo retomado e passou a ser amplamente difundido nas plataformas digitais. Esse terreno favorável fez com que a crescente facilidade de acesso à informação possibilitasse um cenário mais propício para a desmistificação de pontos de vista que impulsionam e modificam o mundo, como a ampliação do uso da linguagem não-binária. Apesar do movimento crescente, dentro e fora da internet, o uso destes recursos, pouco ou nunca se observa nos grandes veículos de comunicação televisivos. Essa situação pode ser observada nos raros episódios onde o uso dessas ferramentas de linguagem acontece nas transmissões esportivas. Sabendo disso, é necessário compreender os mecanismos que operam por trás do discurso e para isso, utilizo, principalmente, das teorias de Judith Butler como aporte teórico deste estudo de caso, o qual tem em vista compreender as escolhas linguísticas dos narradores em VTs jornalísticos. Desse modo, essa pesquisa visa contribuir para pensarmos sobre a necessidade de adaptar a linguagem nos meios de comunicação às mudanças sociais, inclusive adaptando o presente texto, visando debater uma temática ainda não suficientemente abordada, porém pertinente dentro e fora do jornalismo.

Palavras-chave: linguagem não-binária, olimpíadas, televisão, jornalismo esportivo.

ABSTRACT

This paper presents and tries to understand the strategies of the use of non-binary language on television during the Tokyo games in 2021. It is worth mentioning that the debate about the use of neutral language is not new and, today, it is being resumed and has become widespread on digital platforms. This favorable ground has made the increasing ease of access to information a more favorable scenario for the demystification of viewpoints that drive and change the world, such as the expansion of the use of non-binary language. Despite the growing movement, on and off the internet, the use of these resources, little or never is observed in the big television communication vehicles. This situation can be observed in the rare episodes where the use of these language tools happens in sports broadcasts. Knowing this, it is necessary to understand the mechanisms that operate behind the discourse, and for this, I mainly use Judith Butler's theories as theoretical support for this case study, which aims to understand the linguistic choices of narrators in journalistic VTs. Thus, this research aims to contribute to thinking about the need to adapt the language in the media to social changes, including adapting this text, in order to discuss a theme not yet sufficiently addressed, but relevant inside and outside journalism.

Keywords: non-binary language, olympics, television, sports journalism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O Tempo Cortando as Asas do Cupido (1694).....	12
--	-----------

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 DISCUSSÕES DE GÊNERO E ENGAJAMENTO SOCIAL.....	23
3 GÊNERO E SUA MATERIALIDADE NO ESPORTE.....	31
3.1 Esporte e jornalismo.....	31
3.2 Hierarquias do gênero e o jornalismo esportivo.....	32
3.3 Machismo e esporte.....	34
COMUNICAÇÃO INCLUSIVA NA TELEVISÃO.....	40
4.1 A falta de preparo prévio nas transmissões.....	45
4.2 Por que preparar comunicadores é importante.....	48
Conclusão.....	50
Referências Bibliográficas.....	53

1. INTRODUÇÃO

O debate sobre o uso de uma linguagem neutra socialmente não é novo, mas, se até pouco tempo era um debate invisibilizado, recentemente vem sendo uma discussão impulsionada pelos meios digitais. Foi, inclusive, através das redes sociais que o interesse por entender um pouco mais sobre o tema chegou até mim.

Os jogos de Tóquio aconteceram num momento em que o mundo ainda sentia os efeitos de uma pandemia mundial de Covid-19, que até julho de 2021 já havia causado, só no Brasil, a morte de 500 mil pessoas em 15 meses de pandemia¹. Assim, assistir aos jogos, foi para mim como uma válvula de escape de todas as notícias negativas; era como ver a esperança crescer novamente em um mundo pós pandêmico.

Essa sensação, que acredito ter compartilhado com outras pessoas, enchia-me de expectativas para com uma edição que trazia consigo novidades nunca vistas pelos espectadores, como a introdução do skate e do surfe como categorias oficiais, mas não só isso, como também uma parcela maior de atletas LGBTQIAP+ nas competições.

Como expectadora, acreditava que a nova conjuntura trazia consigo a responsabilidade de tornar esta uma edição que conseguisse ser mais inclusiva do que as realizadas anteriormente. Assim, vendo o crescente interesse de grupos na internet que comentavam a introdução de atletas não-binários nas olimpíadas, tive a sensação que este era um cenário propício para o impulsionamento do debate.

A visibilidade da Olimpíada de Tóquio possibilitou uma maior difusão dos espaços de argumentação relacionados às problemáticas que envolvem as relações binárias no esporte e o uso da linguagem neutra. Nesse contexto, parafraseando Djamila Ribeiro(2019), todos os espaços virtuais têm sido espaços de disputas narrativas, onde pessoas e grupos historicamente excluídos encontram e constroem um espaço para existir.

¹ Fonte: 500 mil mortos por covid: 4 gráficos para comparar a tragédia do Brasil com a de outros países. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57523633>>. Acesso em: 27 jul. 2022

Desta forma, temos visto uma disputa crescente por espaços de visibilidade e legitimação por parte de grupos socialmente excluídos, a exemplo de pessoas racializadas (negras, indígenas) e pessoas LGBTQIAP+. No que toca especificamente as questões de sexo/gênero, numa sociedade pautada pela cisheteronormatividade, se espera que seja natural e aceitável a manutenção do trinômio linear entre sexo, gênero e sexualidade; que funcione para todos os indivíduos em uma relação causal entre a nomenclatura anatômica, a identidade de gênero e a orientação sexual. Nesse sentido, a cisheteronormatividade nominará mulher a pessoa com uma vulva e espera-se que performatize o feminino, além de se relacione sexualmente com homens cisgênero.

No entanto, essa não é uma fórmula que serve a todos os corpos, existências e subjetividades. Guacira Louro (2004), em seu livro *Um corpo estranho* (2004), usa da metáfora da viagem para explicar a identidade de gênero, falando que, assim como há pessoas delimitadas por fronteiras, também há pessoas que estão entre uma e outra, que não querem pertencer a um só lugar e os que estão em trânsito, sendo estes, o que a autora nomeia como, os “viajantes pós-modernos”.

Quero recorrer à ideia de viagem para construir minha argumentação. No entanto, para que possa desenvolver a lógica que pretendo, é preciso abandonar qualquer pressuposto de um sujeito unificado, que vá se desenvolvendo de modo linear e progressivo, na medida em que, pouco a pouco, em etapas sucessivas, supera obstáculos, interioriza conhecimentos e entra em contato com pessoas ou leituras. (LOURO, 2004, p.12)

Segundo ela, a viagem, então, não seria um processo constante de autoconhecimento baseado em vida, crescimento, reprodução e morte, mas sim um acúmulo de acontecimentos que transformam e marcam corpo e identidade.

Utilizando-se ainda das teorias de Judith Butler (1990), Guacira ainda afirma que essas expectativas se debruçam sobre o sujeito antes mesmo do nascimento e que elas fazem parte dos processos de sociabilização que constroem um corpo masculino e feminino, o qual é baseado em características físicas onde se aplicam significados culturais. Esse comportamento vem sendo normalizado há séculos e o sexo é considerado anterior a cultura que lhe atribuiu um caráter imutável, a-histórico e binário, sendo usado para criar um sujeito legítimo (LOURO, 2004).

Esse discurso foi e vem sendo reafirmado até hoje, por meio de instrumentos de poder e legitimação. Quando buscamos na história referências dessa normalização da lógica binária, podemos olhar para a igreja, por exemplo, como uma das instituições que operam através dessa lógica. Foi durante a idade média, em meados do século XV, que se difundiu fortemente que tudo o que acontece na Terra é a representação da vontade divina, marcando a fronteira inquestionável do que era dito.

Mesmo que supostamente esse processo esteja enraizado na lógica ocidental moderna, é necessário reiterar sua significação diariamente por meio de signos, vestimentas, comportamentos transmitidos por elementos explícitos e implícitos para “manter na linha” os viajantes que se perdem do percurso.

Apesar de tudo isso, a sequência é desobedecida e subvertida. Como não está garantida e resolvida de uma vez por todas, como não pode ser decidida e determinada num só golpe, a ordem precisará ser reiterada constantemente, com sutileza e com energia, de modo explícito ou dissimulado. Mesmo que existam regras, que se tracem planos e sejam criadas estratégias e técnicas, haverá aqueles e aquelas que rompem as regras e transgridem os arranjos. (LOURO, 2004, p.16)

Inspirados por essa analogia que Louro faz do viajante e fazendo uma conexão com o ramo das artes plásticas, chegamos até o quadro do pintor francês Pierre Mignard em que Cronos está prestes a cortar as asas de Cupido(1694). Na obra, podemos observar esses mecanismos de podagem através da percepção de Pierre que, ao fazer referências ao amor e ao tempo, mostra que o amor precisa ser podado, e que este não é livre apesar de ter asas. Cronos assumiria aqui o papel das instituições de poder que reservam pedagogias corretivas para aqueles que querem voar para longe de um caminho premeditado.

Figura 1 - O Tempo Cortando as Asas do Cupido (1694)



Fonte: Página História de Tudo no Facebook²

Assim como Cupido, mesmo sob sérias ameaças, aqueles que não se deixam conformar com esse sistema de matriz heterossexual que delimita os padrões a serem seguidos, desgarram-se e mesmo “longe”, suas escolhas, formas e destinos marcam a fronteira que não deve ser atravessada. Guacira ainda fala que quem subverte esses limites por vezes apela para o exagero e para a ironia, a fim de evidenciar a arbitrariedade das divisões. E, para isso, a paródia torna-se um meio de chamar a atenção dos “nativos”, como ela chama, a fim de embaralhar seus códigos e confundir as regras (LOURO, 2004).

A autora utiliza como exemplo a figura da *drag queen* como personificação dessa crítica à norma. E, na atualidade, uma referência quando o assunto é ser esse um personagem que provoca, simultaneamente, desconforto e fascínio, é impossível não falar de RuPaul Andre Charles. A drag queen, supermodelo, autora e cantora americana que criou em 2009 o reality show estadunidense *Rupaul Drag Race*, o primeiro da franquia *Drag Race*, que, atualmente, possui 14 temporadas.

O programa, logo, virou sucesso nas televisões e nos streams, eventualmente tornando-se um dos programas mais assistidos nos Estados Unidos. Ao assistir o reality, é possível observar na prática o poder revolucionário da *drag queen*, que se reinventa, cria soluções, se adapta, é irreverente e busca ressignificar os padrões de beleza. Desta forma, ao quebrar as barreiras dos padrões conservadores da TV

² Disponível em:

<<https://www.facebook.com/historiadetudo0/photos/pb.100064653857135.-2207520000../413849293723241/?type=3>>. Acesso em: 6 out. 2022

norte-americana, acabou conquistando um público de diferentes segmentos da sociedade.

Inclusive, o reality ganhou o Prêmio Emmy do Primetime, entregue pela Academia de Artes & Ciências Televisivas somente a programas reconhecidos como excelência da programação televisiva do horário nobre nos Estados Unidos. Hoje, representa mundialmente um símbolo de força, resistência e representatividade que abriu espaços de visibilidade numa sociedade que, segundo dados do Human Rights Campaign, bateu o próprio recorde de assassinatos de pessoas trans e travestis em 2020³. A drag, ou como diz Louro(2004), a personificação dessa crítica à norma, convida o público para uma viagem possível e cria o impulso que faltava para o movimento.

O viajante interrompe a comodidade, abala a segurança, sugere o desconhecido, aponta para o estranho, o estrangeiro. Seus modos talvez sejam irreconhecíveis, transgressivos, distintos do padrão que se conhece. Seu lugar transitório nem sempre é confortável. Mas esse pode ser também, em alguma medida, um lugar privilegiado que lhe permite ver (e incita outros a ver), de modo inédito, arranjos, práticas e destinos sociais aparentemente universais, estáveis e indiscutíveis. Não se trata, pois, de tomar sua figura como exemplo ou modelo, mas de entendê-la como desestabilizadora de certezas e provocadora de novas percepções”. (LOURO, 2004, p.24)

Ainda nos remetendo à metáfora de Louro sobre o viajante, podemos interpretá-la dizendo que as barreiras criadas para que o caminho deste migrante seja o mais “reto possível”, ou seja, dentro de um padrão, o qual também é seguido por outros e mantido por estigmas e represálias constantes que já fazem parte da sociedade e de nossa formação cultural. Por consequência dessa coerção e naturalização do processo, esse cenário leva à exclusão e invalidação de minorias sociais que não se reconhecem na norma e lutam por reconhecimento dentro deste cenário.

Essa supressão social tem e continua tendo consequências práticas. Uma prova disso aparece na pesquisa efetuada, no ano de 2021, pela Acontece Arte e Política LGBTI+ em parceria com a ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais e a ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais,

³ Fonte: Assassinato de pessoas trans cresce nos EUA em 2021. Disponível em: <<https://revistahibrida.com.br/mundo/assassinato-de-pessoas-trans-cresce-nos-eua-em-2021/>> Acesso em: 18 set. 2022

Travestis, Transexuais e Intersexos que, em prol da elaboração de um dossiê, uniram-se para a criação do chamado Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil.

O relatório foi realizado com base nos dados compartilhados entre essas três instituições, o que possibilitou a análise dos registros de casos ocorridos no Brasil durante este ano, onde foram observadas a morte violenta de 316 pessoas LGBTI+ no Brasil, sendo 285 assassinatos, 26 suicídios e 5 mortes por outras causas.⁴

E o que isso reflete da sociedade brasileira? Os dados comprovam como a violência contra a população LGBTQIAP+ é parte de um contexto de LGBTIfobia estrutural, advindo de uma lógica ocidental que prega a cisheteronormatividade compulsória que se impõe como padrão hegemônico. Essa herança traz consigo a discriminação, aversão ou ódio, de cunho individual ou coletivo, do fato de não pertencer ou não se encaixar dentro do que é dito “normal” ou “comum”, causando diariamente a inferiorização, a morte, a violência física, ou verbal de cerca de 10% da população do país.

De acordo com a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Cerca de 92,5% dessas pessoas relataram o aumento da violência contra a população LGBTQIA+, segundo pesquisa da organização de mídia Gênero e Número, com o apoio da Fundação Ford. Ainda segundo a pesquisa, esses dados estão atrelados à última eleição presidencial do Brasil, em 2018. De lá pra cá, 51% das pessoas LGBTQIA+ relataram ter sofrido algum tipo de violência motivada pela sua orientação sexual ou identidade de gênero. Destas, 94% sofreram violência verbal. Em 13% das ocorrências as pessoas sofreram também violência física. A pesquisa revela ainda que, em comparação com os Estados Unidos, por exemplo, as trans brasileiras correm um risco 12 vezes maior de sofrer morte violenta do que as estadunidenses. Esse é apenas um dos levantamentos que apontam o Brasil como o país que mais mata pessoas trans. O

⁴ Fonte: Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil dossiê 2021. Disponível em: <<https://observatoriomorteseviolenaciaslgbtibrasil.org/>>. Acesso em: 10 set. 2022

Relatório Mundial da Transgender Europe mostra que, de 325 assassinatos de transgêneros registrados em 71 países nos anos de 2016 e 2017, um total de 52% — ou 171 casos — ocorreram no Brasil. (FUNDO BRASIL, 2022)

Outro sintoma, mais sutil, mas que denuncia a linearidade dessas expectativas sobre o sujeito, é a linguagem. Nela, observamos que, primeiro, as nomeações de gênero se estabelecem a partir de um binarismo e, segundo, que universalizamos, numa lógica desigual de poder. Usa-se comumente o sujeito masculino, para definição de um coletivo, seja ele qual for. Logo, é frequente, por exemplo, na nomeação de um grupo qualquer onde exista um único sujeito homem, que se refira ao grupo como “eles”. O filósofo Jacques Derrida, afirmava que

[...] a lógica ocidental opera, tradicionalmente, através de binarismos: esse é um pensamento que elege e fixa uma ideia, uma entidade ou um sujeito como fundante ou como central, determinando, a partir desse lugar, a posição do “outro”, o seu oposto subordinado. O termo inicial é compreendido sempre como superior, enquanto que o outro é o seu derivado, inferior. Derrida afirma que essa lógica poderia ser abalada através de um processo desconstrutivo que estrategicamente revertesse, desestabilizasse e desordenasse esses pares. Desconstruir um discurso implicaria minar, escavar, perturbar e subverter os termos que afirma e sobre os quais o próprio discurso afirma. (apud LOURO, 2004, p.42)

Na língua portuguesa, o binarismo também está presente na forma dos gêneros linguísticos: feminino e masculino. Tais atributos são herdados de sua língua de origem: o latim. Entretanto, a antiga língua indo-europeia tinha mais um gênero, chamado gênero neutro, o qual era normalmente utilizado para se referir às coisas e às pessoas⁵. Com o passar do tempo, esse terceiro gênero foi perdido na evolução dos dialetos e com o surgimento de novos idiomas. Hoje, esse desaparecimento pode ser percebido na gramática em geral, que flexiona substantivos, e não apenas os sujeitos, mantendo uma lógica binária. Isso significa

⁵ Fonte: Linguagem não binária: por que é necessário e tão difícil implantar uma linguagem inclusiva para todos? Disponível em: <<https://labdicasjornalismo.com/noticia/4190/linguagem-nao-binaria-por-que-e-necessario-e-tao-dificil-implantar-uma-linguagem-inclusiva-para-todos>> Acesso em: 1 nov. 2021

que não somente pessoas, mas objetos, são nominados entre “isso, ou aquilo”, numa perspectiva masculino/feminino.

O que vem ocorrendo, no entanto, com o crescimento e a visibilidade das políticas de acesso no que toca gêneros e sexualidades, a demanda de uma flexão de gênero na linguagem que extrapole a lógica binária tem aumentado significativamente, uma vez que nem todas as pessoas se identificam por essa nomenclatura binária. Essa reivindicação por representatividade é derivada de um longo processo que vem ganhando força e alcance, hoje, através das mídias digitais, sobretudo no que chamamos de redes sociais.

É neste ambiente virtual que o linguajar neutro vem sendo atualmente retomado, e passou a ganhar força em plataformas digitais como o Instagram, por exemplo. Esse impulsionamento ajuda a propagar iniciativas que apresentam formas de desviar do gênero binário nas flexões pronominais, a fim de quebrar com essa relação de poder que produz representações limitadas no tocante às identificações de gênero dos sujeitos.

Essas iniciativas se utilizam de sistemas de linguagem não-binária que funcionam substituindo os pronomes e os artigos para promover a “des-gênérificação” do discurso. A viabilidade dessa readequação na linguagem necessita de uma modificação gramatical. Os principais sistemas de linguagens não-binárias do português catalogados por Tilio & Paiva (2021), apresentam formas linguísticas que ajudam a promover tal mudança, são: el, ilu, elu, x, @ e “e” também, a exemplo de “amigues”.

Para Butler (1990), a linguagem que, por sua vez, é performática, é sustentada e dá sustentação aos atos dos sujeitos dentro de um quadro normativo pré-estabelecido que possui como um dos principais enquadramentos o binarismo de gênero — ou nas palavras de Salih (2012): os papéis sociais e sexuais diferenciais para homens e mulheres estabelecidos mediante relações de poder.

Assim, dentre outras coisas, a performatividade baseada numa lógica binária acaba reforçando, na linguagem, estereótipos de gênero, e a falta de termos

inclusivos gera um desconforto e exclui as pessoas que não se encaixam nessa dualidade. Muitas vezes, elas são forçadas a assumir determinado gênero, buscando fugir de situações estressantes ou para evitar algum tipo de constrangimento. Dessa forma, cria-se uma pressão social que força a pessoa a se encaixar em determinada bolha e em territorialidades restritivas e, consequentemente, se comportar como manda o estereótipo.

Mesmo tendo consciência dos preconceitos que rondam aqueles que buscam por mudanças sociais, ainda há outro obstáculo a ser enfrentado: a dificuldade de aprendizagem e adaptação da linguagem neutra dentro do nosso cotidiano. Há ainda aqueles que prefeririam um sistema único, tal como o norte-americano, o qual utiliza do pronome *they* (eles-elas e também elemento neutro), para se referir as pessoas que não se identificam com o espectro do gênero masculino ou feminino, identificando-se então como “não-binárias”. Há ainda os que ainda sentem estranheza na substituição de sufixos nos pronomes, no entanto, perguntam como a pessoa gostaria de ser chamada seria a melhor forma de proceder quando não há intimidade com os pronomes neutros.

Na contramão das reivindicações por uma linguagem mais inclusiva, adotada para contemplar pessoas que não se conformam a lógica binária, vemos também uma reação de grupos conservadores que, em nome de uma visão tradicionalista, afirmam a cisheteronormatividade e resistem ao convívio na diferença. Este grupo em particular reforça as barreiras e os sistemas de coerção, sejam elas raciais, de gênero ou de classe, pois é justamente ele que se beneficia dessa exclusão.

Sabendo disso, Djamila Ribeiro ao analisar o poema de Truth, “On woman’s dress poem”, traz a perspectiva de Lélia Gonzalez para falar sobre essa hierarquização, afirmando que...

[...] quem possuiu o privilégio social possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco. A consequência dessa hierarquização legitimou como superior à explicação epistemológica eurocêntrica, conferindo ao pensamento

moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e, assim, inviabilizando outras experiências do conhecimento. (apud RIBEIRO, 2019, p. 24)

Tendo em mente que o binarismo e a cisheteronormatividade atingem todas as instâncias sociais, o jornalismo não ficaria fora de ser moldado dentro dessa lógica. Apesar do movimento crescente do uso destes recursos, pouco ou nunca se observa nos grandes veículos de comunicação, chega a ser inimaginável seu uso nos telejornais.

Assim, quando pensamos na possibilidade do jornalismo, que reproduz esse ethos do senso comum heteronormativo e binário, adotar a linguagem neutra inevitavelmente causa estranhamento num espectador que não familiarize com um letramento de sexo/gênero. Entretanto, tendo em vista que a televisão, assim como o jornalismo, têm um papel primordial como formadores de opinião pública e são frutos de seu tempo e espaço, podemos supor aqui que em um dado momento tais recursos linguísticos sejam utilizados plenamente por seus comunicadores.

É nesse sentido que o trabalho se debruça sobre a cobertura dos Jogos de Tóquio, a fim de se aprofundar sobre a questão do gênero dentro e fora do esporte, mas também analisar a forma de introdução da linguagem não-binária pelos comunicadores durante este mega evento de proporções internacionais. Mesmo que esta não seja a primeira tentativa de utilizar uma linguagem mais inclusiva em produtos midiáticos, estes episódios serviram para impulsionar o debate sobre a adaptação dos profissionais de comunicação, visando atender e integrar melhor as pessoas que não se identificam com a matriz cisgênera.

Considerando tal contexto, minha proposta é partir desse episódio para analisar a utilização da linguagem neutra por comunicadores, tomando como base a análise já realizada por Rodríguez et al. (2020). O autor realiza uma análise temática das publicações feitas pelo jornal argentino Página/12, tendo como objetivo “identificar as ocasiões específicas que levaram o jornal a utilizar a linguagem não-binária em suas matérias.”

Todavia, aqui não realizaremos uma análise específica sobre o conteúdo, mas sim, identificar as estratégias para tornar a comunicação mais acessível e compreender a forma que ela se deu. Assim, será possível contribuir para pensarmos sobre a necessidade de adaptar a linguagem nos meios de comunicação.

A escolha do material de análise foi realizada durante a observação da realização dos jogos de Tóquio em 2020, que devido à pandemia só aconteceu em 2021. O evento, foi palco de algumas situações que me chamaram a atenção, como quando dois comentaristas da rede de televisão BBC foram criticados por errarem repetidamente o pronome de Alana Smith, que utiliza os pronomes “they/them” (o equivalente a “elu/delu” em português) estampados em seu skate. A repercussão desse episódio gerou várias matérias sobre o tema. Além de trazer à tona outros episódios em diferentes esportes, a situação impulsionou iniciativas de apresentadores e narradores de incluir na linguagem neutra em seu repertório.

Um exemplo disso foi a narradora Natália Lara, do SporTV, que comandou a transmissão da partida de futebol feminino do Canadá e do Japão na estreia da Olimpíada. Lara ganhou as redes sociais pelo uso adequado do pronome neutro “elu”. A locutora explicou, durante a partida transmitida pelo canal, que Quinn, atleta do Canadá, se identifica com gênero não-binário (não se considera nem masculina, nem feminina) e se sente mais confortável com este uso.

Como observado durante as transmissões, essa foi a primeira edição dos Jogos Olímpicos em que houve a presença de atletas transexuais. Já a matéria no site Gazeta do Povo⁶, mostrou que houve opiniões polêmicas apoiadas em supostas vantagens biológicas das atletas trans que disputaram em competições femininas. Afirmam, ainda, que no caso de Quinn, apesar de a atleta não se identificar mais como mulher, preferiu permanecer competindo na modalidade feminina.

⁶ Fonte: Atletas trans: Jogos Olímpicos terão homens biológicos em modalidades femininas pela primeira vez. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/atletas-trans-olimpiadas-homens-biologicos-modalidades-femininas-primeira-vez/>> Acesso em: 16 ago. 2022

Casos assim não são uma novidade. A jogadora de vôlei que, atualmente, está na liga brasileira, já passou por momentos de tensão, gerados por instituições, técnicos e outros atletas, mesmo quando não está em quadra, ainda é pauta para discussões⁷.

O esporte tem um grande potencial social, político e econômico, é um palco que, em tese, deve unir as pessoas. No entanto, também é frequente a reprodução de uma lógica binária no esporte, tanto no que toca a divisão de categorias quanto, e por consequência, no uso da linguagem. Esta olimpíada, em específico, proporcionou novos debates sobre a inclusão da linguagem não-binária na hora de se referir, não apenas aos atletas trans participantes, mas propagar respeito para com as pessoas. Essa importância pode ser observada no documento Esporte para o desenvolvimento e a paz: informativo da ONU no Brasil⁸, o qual propõe que o esporte seja uma ferramenta para o desenvolvimento e usado para a paz, assim seus objetivos são:

[...]promoção do esporte como ferramenta de empoderamento para mulheres e meninas e também de superação de estereótipos de gênero; apoio e fortalecimento de organizações que trabalham com esporte no país com foco nas crianças e nos adolescentes, assim como na integração de pessoas com deficiência física nas aulas de educação física; desenvolvimento de pesquisas e indicadores nacionais e locais para promover o esporte como uma parte integral das políticas públicas; e advocacia com relação ao esporte, como, por exemplo, continuidade e aperfeiçoamento da Lei de Incentivo ao Esporte, ações antidopagem e compromissos para a promoção do trabalho decente nos grandes eventos esportivos, com a melhoria das condições de trabalho, a prevenção e a eliminação do trabalho infantil e da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes; esporte e turismo sustentável; e o consumo consciente de produtos esportivos. **(ONU, 2016)**

⁷ Fonte: Tiffany: Polêmica na Superliga a primeira atleta transgênero (Esporte Espetacular). Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=2ju99xuU05A>> Acesso em: 3 mar. 2022

⁸ Fonte: Esporte para o desenvolvimento e a paz: informativo da ONU no Brasil. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000244329>>. Acessado em: 10 ago. 2022.

1. Tais preceitos permaneceram nas olimpíadas de 2021 e, segundo um levantamento do site OutSports⁹, há pelo menos 160 atletas assumidamente membros da comunidade LGBTQIAP+ competiram em Tóquio. Segundo a Veja¹⁰, estes jogos arrebataram um público mais jovem, já habituado a discussões sobre gênero e sexualidade, e, o cenário se tornou ainda mais propício para a discussão sobre o uso da linguagem neutra.

Sabendo disso, entender como e em que circunstâncias foram incluídas as escolhas linguísticas dos narradores na cobertura dos jogos de Tóquio 2021, se gerou conflitos ou não, é de extrema importância. Pois, é através dessa análise que poderemos identificar as estratégias para pensarmos como adaptar a linguagem nos meios de comunicação.

⁹ Fonte: Com mais atletas que se declaram LGBTQIA+, as Olimpíadas de Tóquio entram para a história como a mais diversa. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/07/25/olimpiadas-de-toquio-tem-mais-atletas-lgbtqia-do-que-as-ultimas-duas-edicoes-juntas-diz-levantamento.ghtml>> Acesso em: 1 ago. 2022.

¹⁰ Fonte: Linguagem neutra embala cobertura olímpica 'não-binária' na TV. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/tela-plana/linguagem-neutra-embala-cobertura-olimpica-nao-binaria-na-tv/>> Acesso em: 27 out. 2021

2. DISCUSSÕES DE GÊNERO E ENGAJAMENTO SOCIAL

Antes de abordarmos o uso da neutralidade pronominal no jornalismo, proponho aqui começarmos com uma contextualização acerca da discussão que envolve a linguagem não-binária em relação às questões de gênero e sexualidade.

Assim, começaremos nosso debate a partir da perspectiva de Judith Butler(1998), a qual afirma que o próprio questionamento acerca do que define uma mulher surgiu dentro do próprio movimento feminista. A partir de tal inquietação vê-se que “o próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes”(1998, p.17).

Esta fluidez leva a uma sensação que permeia as pesquisas e análises de alguns teóricos feministas, tais como, Butler e Louro, “como se sua indeterminação pudesse culminar finalmente num fracasso do feminismo” (BUTLER, 1998, p.7). Todavia, a busca por representação e lugar de fala é muito importante quando este não é naturalmente ocupado. Esse distanciamento é consequência das estruturas advindas das relações de poder que operam de diversas formas. Elas contribuem para haja distinções que controlam e excluem os sujeitos, tais como a própria ideia de binaridade, que mantêm e reforçam a desigualdade na sociedade há séculos.

Quando falamos em lugar de fala não necessariamente restringimos a um grupo de pessoas que preferem a desgenerificação do pronome, mas engloba também aqueles que reconhecem sua posição social e falam a partir deste lugar. Assim, ao pensar a partir desse ponto, dá-se início a tentativa de ruptura do poder instituído que articula essas identidades, visando romper não somente com o silêncio imposto para quem foi subalternizado, mas visa também quebrar com essa hierarquização violenta (RIBEIRO, 2019).

Tal hierarquização que interfere no acesso aos lugares de fala usa da categorização de identidade, sexo, gênero e corpo para criar um constructo social emane um efeito de naturalidade. Em outras palavras, pessoas que seguem e

reproduzem uma performance “padrão”, sentem e perpetuam os efeitos do processo de socialização cisheteronormativo sem serem excluídos ou discriminados durante a vida.

Este aspecto também aparece nos estudos de Jacques Derrida, que afirmava que essa construção discursiva já exposta por Foucault advém da lógica ocidental que

[...] opera, tradicionalmente, através de binarismos: esse é um pensamento que elege e fixa uma idéia, uma entidade ou um sujeito como fundante ou como central, determinando, a partir desse lugar, a posição do “outro”, o seu oposto subordinado. O termo inicial é compreendido sempre como superior, enquanto que o outro é o seu derivado, inferior. Derrida afirma que essa lógica poderia ser abalada através de um processo desconstrutivo que estrategicamente revertesse, desestabilizasse e desordenasse esses pares. Desconstruir um discurso implicaria minar, escavar, perturbar e subverter os termos que afirma e sobre os quais o próprio discurso afirma. (apud LOURO, 2004, p.42)

Nesta perspectiva, o “binarismo universal” que permeia diversos aspectos culturais e sociais, é questionado por Foucault, reformulando Nietzsche, quando este critica a estrutura social formada a partir de uma hierarquização pautada nas expectativas de funcionalidade de cada gênero.

A crítica genealógica recusa-se a buscar as origens do gênero, a verdade íntima do desejo feminino, uma identidade sexual genuína ou autêntica que a repressão impede de ver; em vez disso, ela investiga as apostas políticas, designando como origem e causa categorias de identidade que, na verdade, são efeitos de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos. A tarefa dessa investigação é centrar-se — e descentrar-se — nessas instituições definidoras: o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória. (apud BUTLER, 1998, p.10)

Butler(1990) ainda traz essa perspectiva para sua teoria, afirmando a existência de uma recusa em buscar as origens do gênero, da identidade sexual genuína e autêntica que a repressão constate nos impede de ver.

Esse desfoque proposital produzido pelas instituições de poder distorce a origem e a realidade, manipula as categorias, as performatividades que conhecemos hoje. Reitera um padrão fixo, quase incontestável, que põe tudo que diferir dele como tabu. Os efeitos práticos desse “não falar” aparecem frequentemente em nosso dia-a-dia e usa-se da linguagem como ferramenta dos processos de vigilância, controle e coerção para os corpos e existências.

Outras pesquisadoras também já se debruçaram sobre o tema, e, uma das abordagens é a proposta por Monique Wittig, que propõe uma “desgnerificação’ de corpos culturalmente constituídos, sugerindo que a própria morfologia seria consequência de um sistema conceitual hegemônico” (BUTLER, 1998, p.12).

Consideremos igualmente o argumento de Wittig de que a categoria do sexo é, sob as condições de heterossexualidade compulsória, sempre feminina (mantendo-se o masculino não marcado e, conseqüentemente, sinônimo do universal). Ainda que paradoxalmente, Wittig concorda com Foucault ao afirmar que a própria categoria do sexo desapareceria e a rigor se dissiparia no caso de uma ruptura e deslocamento da hegemonia heterossexual.(apud BUTLER, 1998, p.33)

Para ela, seriam necessárias iniciativas que rompessem as categorias de gênero, sexo, sexualidade e corpo, ou seja, uma ressignificação de toda uma estrutura, propondo assim um mundo utópico despido de uma estrutura binária.

Essa proposta de Wittig contesta o sistema jurídico e discursivo que cria a hipótese do estado natural das coisas, dizendo que “elas são o que são”. Todavia, o gênero estabelece interações raciais, culturais, classistas e regionais, contradizendo assim a ideia de base universal, pois cada indivíduo tem uma experiência diferente.

Assim, essa divisão entre masculino e feminino constitui não apenas a estrutura exclusiva onde as pessoas “contém” essa especificidade, mas faz com que elas sejam reconhecidas a partir delas.

Em outro momento, Butler segue afirmando que essas estruturas já naturalizadas colaboraram para que a noção de “sexo” seja compreendida como algo biológico, antigo e até intratável. O gênero, por sua vez, é posto como culturalmente construído. Esse último ponto sugere assim que a particularidade do sujeito pode ser contestada, uma vez que este seria o espaço para uma múltipla interpretação do gênero em relação ao sexo. Assim, ela faz essa distinção alegando que:

O gênero não deve ser meramente concebido com inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. (BUTLER, 1990, p. 27)

Os grupos que, inevitavelmente, não se reconhecem em tais expectativas e características, geram múltiplas recusas da própria categoria que se propõe representar, uma vez que isso, conseqüentemente, também leva a posicionamentos e iniciativas que levem a modificações reais, inclusive no âmbito da linguagem.

Obviamente, a tarefa política não é recusar a política representacional — como se pudéssemos fazê-lo. As estruturas jurídicas da linguagem e da política constituem o campo contemporâneo do poder; conseqüentemente, não há posição fora desse campo, mas somente uma genealogia crítica de suas próprias práticas de legitimação. (BUTLER, 1990, p. 23)

Esta afirmação põe em xeque a conjuntura atual da dualidade, homem-mulher que conhecemos hoje e ameaça as relações de poder que já vêm obtendo sucesso ao longo do tempo. Se o corpo é uma situação, como afirma Beauvoir, em *O Segundo Sexo*, “não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais; conseqüentemente, o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva” (apud BUTLER, 1998, p.29) Seria então questionar, modificar, atualizar e ressignificar praticamente tudo e, se isso acontecesse, ampliaríamos nossas perspectivas diante da dimensão do alcance dessa coerção.

Neste sentido, passamos a assumir a forma de uma “folha em branco”, escrita previamente com a cor do quarto, das roupas, quais brinquedos brincaremos, se vamos ter a orelha furada ou não, por exemplo. O corpo então fica nesse lugar vulnerável aos processos de estruturação que estabelecem certos limites com o pressuposto de salvaguardar certos dogmas humanísticos.

Os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura. Isso não quer dizer que toda e qualquer possibilidade de gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada. Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal. Assim, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero. (BUTLER, 1998, p. 30-31)

Essa percepção beira o determinismo social, onde o gênero não denota um ser singular, mas uma convergência de fatores específicos, tais como: suas relações, a cultura e o tempo histórico em que vive (BUTLER, 1990). Em contrapartida, alguns cientistas sociais veem o gênero como “fator” da análise, também aplicado a pessoas como “marca”, assim como escreve Louro (2004),

quando se refere sobre a metáfora do viajante e sua posição de transitoriedade que faz parte do processo de construção da identidade.

No contexto que estamos até aqui, podemos dizer então que estamos falando da categoria dos gêneros “inteligíveis”, aqueles que, em certo sentido

[...] instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual. (BUTLER, 1998, p.43)

Para isso, como afirma Butler, o processo exige que certos tipos de “identidade” simplesmente não existam, “isto é, aqueles que o gênero não decorre do sexo e aqueles que as práticas do desejo não ‘decorrem’ nem do ‘sexo’, nem do ‘gênero’”(1998, p. 44).

Deste ponto de vista, as pessoas que possuem essas características são ditos como “falhas no sistema” ou uma “impossibilidade cognitiva” por não se conformarem com as normas da inteligibilidade cultural. E, com a crescente persistência e proliferação dessa “identidade que foge a regra”, criam-se oportunidades críticas de expor os limites e os objetivos reguladores, onde matrizes rivais e subversivas trariam desordem ao gênero.

Tal como Butler(1990) argumenta, a partir de Irigaray, a gramática nunca poderá ser um índice seguro para as relações de gênero, principalmente por ainda sustentar essa relação binária e sua conexão direta com o sexo. Em sua opinião, esses atributos duais mascaram um discurso hegemônico masculino, falocêntrico que silencia o feminismo como lugar de uma multiplicidade subversiva.

Em contrapartida, como argumenta Butler (1990), Wittig fornece uma crítica alternativa ao mostrar que não é possível significar as pessoas na linguagem sem a marca do gênero. Segundo ela, o gênero não somente designa as pessoas, as “qualifica”, por assim dizer, mas “constitui uma episteme conceitual mediante a qual o gênero binário é universalizado”. Ela ainda enfatiza que a linguagem é um instrumento que absolutamente não é misógino em suas estruturas, mas sim em suas aplicações (BUTLER, 1998, p.58).

Na opinião de profissionais que estudam a gramática, a marca do gênero afeta sim os substantivos, principalmente quando olhamos para a função a qual são utilizados. Ao observar o inglês e o francês, ambos abrem porta para um conceito primitivo que impõe uma divisão dos seres em sexos. E, caso esses conceitos fossem retirados, admitindo-se um caráter flutuante, seria sugerida assim uma experiência de gênero que não pode ser aprendida pela gramática substancializante e hierarquizante dos substantivos e adjetivos.

No campo da medicina, Butler traz para a discussão o pensamento do psiquiatra Robert Stoller que se referiu ao “núcleo do gênero” como algo produzido e regularizado por atributos que seguem linhas de coerência culturalmente estabelecidas. Esses atributos resistem numa estrutura pronta que denuncia a

[...] produção fictícia é condicionada pela interação desregulada de atributos que resistem à sua assimilação numa estrutura pronta de substantivos primários e adjetivos subordinados. Claro que é sempre possível argumentar que os adjetivos dissonantes agem retroativamente, redefinindo as identidades substantivas que supostamente modificam, e expandindo consequentemente as categorias substantivas do gênero, para incluir possibilidades que elas antes excluía. (apud BUTLER, 1990, p.55-56)

Nesse sentido, não há acordo sobre a maneira de delimitar esse conjunto de características. Entretanto, é através dessas diferentes opiniões que podemos

concluir que o gênero normativo que, anteriormente, na lógica binária não é um conjunto de atributos flutuantes, são construídos e impostos pelas práticas reguladoras de coerência do gênero as quais a linguagem está inserida (BUTLER, 1998, p.56). Todavia, na maneira que ele é compreendido hoje, admite-se que tenha um caráter fluído e que não se reconhece na performatividade binária.

3. GÊNERO E SUA MATERIALIDADE NO ESPORTE

Agora, daremos continuidade ao debate proposto anteriormente, colocando nosso foco de análise direcionado para a manifestação da lógica cisheteronormativa no esporte, a criação de categorias binárias e o papel do jornalismo esportivo como espaço de diversidade.

Começaremos então com uma pergunta: quantos jornalistas esportivos LGBTQIAP+ você conhece? Essa questão leva a uma reflexão sobre como o esporte foi introduzido no jornalismo e como se desenvolveu no Brasil e no exterior a ponto de virar pauta diária.

3.1 Esporte e jornalismo

A iniciativa em escrever sobre esporte nos jornais está diretamente ligada a onda de industrialização e especialização, onde uma das principais pautas é o futebol. Entretanto, ainda não se parecia com o jornalismo esportivo que conhecemos hoje.

Em todas essas publicações, o que se faz é uma crônica esportiva. O futebol é retratado com dramaticidade, há uma idolatria aos jogadores e um escrito que tem por finalidade motivar o torcedor. Impreciso, sem muito comprometimento com a realidade, com a objetividade e a imparcialidade, questiona-se se tais veículos podem ser considerados jornalísticos.(SILVEIRA, 2009, p. 22 – 23)

Já na década de 50 há a padronização das transmissões esportivas, impulsionada, em sua maioria, pelo sucesso do radiojornalismo. Na época, ainda havia muitos problemas técnicos na estrutura de times e clubes que estavam relacionados ao barateamento dos custos da transmissão, como, por exemplo, a falta de especialização de funcionários e os baixos salários. Assim, a primeira

transmissão esportiva na TV brasileira só acontecerá na TV Tupi no dia 15 de outubro de 1950 (SILVEIRA, 2009).

3.2 Hierarquias do gênero e o jornalismo esportivo

Quando olhamos para o telejornalismo esportivo brasileiro, observamos que o número de representantes mulheres ainda é menor que a parcela masculina, cenário que vem mudando nos últimos anos. Segundo dados da Unesco apurados em 2018, apenas 4% da imprensa especializada fala sobre as categorias femininas dos esportes e 12% dos jornais esportivos são apresentados por mulheres¹¹. Mesmo sendo inferior que a participação dos homens, essa parcela, luta e enfrenta todos os dias diversas formas de opressão e ridicularização de seu trabalho.

Para entender de que forma esse cenário foi possível, voltamos à Antiguidade, período no qual os Jogos Olímpicos já eram disputados – apenas por homens. Nessas competições, as mulheres não poderiam sequer serem espectadoras da competição. Na Era Moderna, as disputas olímpicas tiveram início em 1896 e contaram, novamente, com a participação exclusiva de homens. Ressaltando-se o fator temporal, temos que, apenas nas Olimpíadas de 2012, em Londres, todas as modalidades possuíam uma representante feminina.(ARAÚJO et al. 2020, p.7).

Essa herança, que permeia o fenômeno que, hoje, engloba aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos e estudos de gênero, proporcionou e contribuiu para que mulheres fossem impedidas de entrarem em competições, taxadas como frágeis e sensíveis, em prol de mantê-las reproduzindo as expectativas que giram em torno do sexo.

¹¹ Fonte: Unesco evidencia machismo na cobertura esportiva. Disponível em: <<https://propmark.com.br/unesco-evidencia-machismo-na-cobertura-esportiva/>> Acesso em:17 set. 2022

No Brasil, por exemplo, houve um decreto que proibia as mulheres de praticarem esportes como, o futebol, o qual só foi revogado em 1979¹². Entretanto, isso não impediu que, mesmo clandestinamente, elas jogassem e criassem seus próprios clubes e competições. No país, o futebol feminino já existe há mais de 100 anos, mas só foi oficializado há 26¹³, algo que teve primordial importância, possibilitando que hoje tivéssemos atletas como Marta e Formiga em campo.

Já nas editorias de esporte, o reflexo dos processos de coerção social permitiram e contribuíram para que mulheres fossem minoria, dentro e fora de quadra. Essa falta presente nas redações muitas vezes é justificada por homens machistas que continuam dizendo que elas “não gostam de futebol” e que este “não é um espaço para elas”

Nos programas esportivos da TV fechada, 13% das profissionais são mulheres e quase todas estão na reportagem, segundo levantamento feito pelo UOL Esporte. São comuns as “mesas redondas” compostas majoritariamente por homens, mas que têm como apresentadoras mulheres consideradas padrão de beleza e vestidas em trajes curtos. Elas não participam efetivamente do debate esportivo: estão ali como enfeites do cenário. Além de excluir as jornalistas, que ficam como “café com leite”, essa prática também reforça estereótipos de que mulheres não entendem de esporte e são meros corpos para apreciação masculina¹⁴.

Este é um dos exemplos mais comuns que podemos citar que permeiam a vida de uma jornalista esportiva. A categoria ainda sofre com os poucos cargos de chefia nas redações, o preconceito, a constante necessidade de mostrar o seu valor, a objetificação, desqualificação de seu trabalho, além do assédio físico e moral.

¹² Fonte: O decreto-lei que proibiu mulheres de jogar futebol no Brasil por 40 anos. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Historia/noticia/2021/07/o-decreto-lei-que-proibiu-mulheres-de-jogar-futebol-no-brasil-por-40-anos.html>> Acesso em: 22 jul. 2021

¹³ Fonte: Futebol feminino no Brasil: destaques e desafios. Disponível em: <<https://atletasnow.com/futebol-feminino-no-brasil-destaques-e-desafios/>> Acesso em: 20 jul. 2022

¹⁴ Fonte: As barreiras das mulheres no jornalismo esportivo. Disponível em: <<http://www.sjpmg.org.br/2018/09/as-barreiras-das-mulheres-no-jornalismo-esportivo/>> Acesso em: 20 jul. 2022

Na pesquisa “Mulheres no Jornalismo Brasileiro” realizada em 2018 pela Abraji e pela Gênero e Número em parceria com o Google News Lab, que mapeou a violência e o assédio sofrido pelas profissionais da imprensa provocado por fontes e nas redações, apontou que

[...] 83,6% das respondentes já sofreram algum tipo de violência psicológica, 65,7% já tiveram sua competência questionada e 64% já sofreram abuso de poder de chefes ou fontes. Além disso, 86% das mulheres entrevistadas já vivenciaram algum tipo de discriminação de gênero no trabalho a oportunidades de crescimento profissional, distribuição de tarefas ou definição de salários¹⁵.

Tais violências são a pura manifestação da lógica cisheteronormativa. São mecanismos professados por atletas, clubes, torcedores, jornalistas e juízes que coíbem, afastam, humilham, dividem, ofendem, e perpetuam um comportamento machista e sexista. Assim, é importante que estes comportamentos sejam combatidos, e que estes espaços sejam cada vez mais ocupados por mulheres que tragam mais respeito, diversidade e equidade para as redações.

3.3 Machismo e esporte

O machismo também se manifesta no esporte através da LGBTfobia contra atletas, um caso palpável que exemplifica essa relação é a constante discriminação de atletas trans ou não-binários nas categorias esportivas como vôlei e o skate, por exemplo. Isso pode ser visto na matéria a seguir, onde a atleta Tifanny Pereira de Abreu, mulher transexual, que joga vôlei profissional, fala em entrevista sobre sua experiência.

Jornalista: Você acredita que o vôlei e a prática esportiva, em geral, podem contribuir na luta pela igualdade de gênero?

¹⁵ Fonte: Discutir o assédio nas redações é essencial para a liberdade de expressão, diz consultora da pesquisa “Mulheres no Jornalismo Brasileiro”. Disponível em: <https://abraji.org.br/noticias/discutir-o-assedio-nas-redacoes-e-essencial-para-a-liberdade-de-expressao-diz-consultora-da-pesquisa-mulheres-no-jornalismo-brasileiro> Acesso em: 30 abr. 2021

Tiffany: O esporte é onde se junta pessoas, o rico joga contra e do lado do pobre, assim como o negro com branco, o índio com o europeu. Somos todos unidos por um objetivo, pessoas que se respeitam. Muita criança filhinha de papai perde o espaço para o menino da favela. O esporte é o lugar onde se encontra respeito.

Jornalista: Qual importância do esporte na sua vida?

Tiffany: É o que me fez viver, a ter forças de ser essa pessoa e querer jogar sempre. Minha preocupação é o impacto que essa lei vai fazer no país futuramente. Eu acho que, se o nosso governador sancionar essa lei, estará junto com a discriminação. Daqui a alguns anos, a história mostrará que o governador sancionou uma lei que fere o estado¹⁶.

Na época, Tiffany se envolveu em uma polêmica que trouxe notoriedade para à temática da transexualidade no esporte. O episódio foi pauta do jornal O Globo que veremos um trecho a seguir a qual e teve comentários com preconceito explícito de pessoas envolvidas diretamente com o esporte.

“Um homem é foda”, foi a frase proferida por Bernardinho, técnico do time feminino de vôlei do Sesc-RJ e também ex-técnico da seleção brasileira feminina e masculina de vôlei, em uma partida em que a jogadora trans Tiffany Pereira de Abreu, mulher transexual, que joga vôlei profissional havia se destacado pelo time do Sesi-Bauru. Desde então houve muitas notícias com críticas que envolviam a transexualidade no esporte, todas atacando a atleta e provocando a polêmica em torno de seu nome¹⁷.

¹⁶ Fonte: Querem tirar dignidade de pessoas trans, diz atleta de vôlei Tiffany. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/10/querem-tirar-dignidade-de-pessoas-trans-diz-atleta-d-e-volei-tiffany.shtml>> Acesso em: 10 ago. 2022

¹⁷ Fonte: Bernardinho questiona lance de Tiffany: 'Um homem é f. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/esportes/bernardinho-questiona-lance-de-tiffany-umhomem-f-23554561>> . Acesso em: 10 jul. 2022

A reação do ex treinador aconteceu enquanto a atleta competia, sendo uma das jogadoras que mais pontuaram, o que, claramente, incomodou o técnico adversário. Em resposta aos comentários, a atleta apenas disse:

Tiffany: Todas as mulheres são mulheres. Você tem que ter talento, nível e estar nas regras. Não são todas as mulheres trans que têm talento, nível e estão dentro das regras e aptas a jogar voleibol. Ana Paula, vá cuidar das trans americanas e me deixe em paz. Você é uma pessoa que não existe, para o resto do Brasil só coração (sic).

Durante a veiculação da matéria no site O Globo, mostrado acima, a ex-atleta Ana Paula Henke, medalhista olímpica de bronze em Atlanta-1996, afirmou que Tiffany apresentou um ataque de “homem”. Conforme a reportagem, ela também se prontificou a enviar uma carta ao Comitê Olímpico Internacional (COI) em que questionaria a inclusão de pessoas trans nos esportes de alto rendimento (NASCIMENTO, 2020).

Essa situação reflete não somente as diversas realidades enfrentadas pelas atletas, mas também evidencia o preconceito existente, o qual pretende a exclusão de pessoas trans, corroborando em um espaço no qual pessoas LGBTQIAP+ ainda são vistas como indesejáveis.

Assim, a tentativa de romper com o silêncio historicamente imposto e com a violência estrutural e sistêmica, expõe publicamente que a lógica binária está tão enraizada na sociedade que as pessoas simplesmente não só não a reconhecem na categoria de atleta feminina de voleibol, como também a excluem. No entanto, a atitude de Tiffany abre caminho para materializar oportunidades diante da visível ausência de competidores trans nos esportes, além de expor os motivos pelos quais essas pessoas não são incluídas (NASCIMENTO, 2020).

Outro ângulo do episódio envolve a cobertura jornalística da situação, e, segundo a matéria em Observatório G¹⁸, que cita a polêmica envolvendo o comentário de Bernardinho na partida, escreve:

[...] uma das vozes mais dissonantes é a da ex-jogadora de vôlei Ana Paula Henkel. “O ponto perigoso é que essa inclusão significa exclusão de mulheres. A vida tem limites. Eu acho que não existe campo mais inclusivo que esporte. Não olha raça, posição política, religião, nem nada disso. O esporte é baseado em homens e mulheres e países competindo entre si. Em momento algum atletas trans estão sendo excluídas do ambiente esportivo. São muito bem-vindas como técnicas, psicólogas, estatísticas”, ressaltou Ana Paula.

Foi um comentário explicitamente transfóbico ao sugerir que as atletas trans ocupem apenas categorias de “suporte”, como técnicas, psicólogas, estatísticas, mas não como atleta do time feminino. Sua solução foi justamente a exclusão de atletas que lutam constantemente para ocupar espaços onde o machismo e a transfobia são predominantes. Machismo este que também a oprime diariamente, pelo simples fato dela também ser uma mulher. Inclusive, presente na fala de Bernardinho quando ele ignora as oportunidades desiguais no esporte e apela para características binárias na tentativa de se retratar pelo que foi dito a Tiffany.

“Peço desculpas a todos. Não foi minha intenção de forma alguma ofendê-la. Me referia ao gesto técnico e ao controle físico que ela tem, comum aos jogadores do masculino e que a maior parte das jogadoras não têm”, escreveu.”

¹⁸ Fonte: Em 1º jogo após polêmica, Tiffany faz 8 pontos e perde. Disponível em: <<https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/em-1o-jogo-apos-polemica-tiffany-faz-8-pontos-e-perde>> Acesso em: 4 set. 2022

Paula ainda concorda com Bernardinho e reforça dizendo que aquele é um lugar destinado a apenas dois gêneros e que essa inclusão provocaria uma perda de espaço feminino no esporte. Na entrevista, Paula segue afirmando que com a inclusão de atletas trans haveria uma violação ou destruição das lutas feministas que colocaram as mulheres na atual posição no esporte. Esse trecho é reiterado quando ela afirma que “o ponto perigoso é que essa inclusão significa exclusão de mulheres”. Para ela, a mulher trans não pode ser colocada na categoria de “mulher”, uma vez que esta não possui características biológicas compatíveis com a mulher cis, como ela, por exemplo.

Essa resistência histórica pautada na normatividade de sexo/gênero não é de hoje e veem moldando vidas ao longo dos séculos. Por conta disso, a presença de Tiffany é um marco de resistência que evidencia a desigualdade e o que a sustenta, seja pelas críticas aos binarismos de gênero, bem como a luta contra as violências e desigualdades oriundas de tal (LOURO, 1997).

Assim, mesmo que hoje ela possa participar das competições, essas expectativas, fazem com que sua presença em quadra seja, para os transfóbicos, indesejável, incômoda e intimidadora. Por exemplo: quando o assunto estava em alta, outros veículos abordaram a polêmica, mas muitos deles ainda questionavam a participação de atletas trans, corroborando com o preconceito transfóbico.

Há a acusação baseada na suposição de vantagem para Tiffany proveniente da arbitrária imposição biológica da masculinidade no corpo dela, como se possuíssem a verdade sobre seu corpo e como se a ciência não fosse permeada de dados culturais, muitas vezes imbuídos de preconceitos. Para eles/a a lógica epistêmica é biologiCISTA e essencialista de gênero. Em contrapartida, Tiffany expõe que há redução de rendimento das atletas trans que se comparam às mulheres cis. (NASCIMENTO, 2020, p. 74)

Em contrapartida, os números mostram que a atleta quando comparada a outras competidoras, não apresentava nenhuma vantagem que comprovasse esses argumentos, pois as outras atletas de alto rendimento ainda possuíam pontuações

em quadra melhores que as de Tiffany. Além disso, seu esgotamento físico é mais rápido e sua recuperação mais lenta em comparação com as outras integrantes da Super Liga ¹⁹.

Estes questionamentos e os argumentos biológicos, que com frequência são retomados. Vejamos então uma comparação feita na matéria entre atletas cis e trans, a qual explicita que a sua identidade de gênero não lhe atribui qualquer vantagem proveniente de um locus genético e/ou genital ao mesmo tempo que não é a negação de demandas específicas quais ainda assim não pressupõe vantagem (NASCIMENTO, 2020).

Repórter: O argumento de quem é contra a presença de atletas transgêneros nos Jogos Olímpicos de Tóquio é a suposta vantagem que os competidores que passaram a fase da puberdade como homens têm perante quem nasceu mulher. O desempenho das mulheres trans geralmente diminui com a redução da testosterona. Mas nem toda vantagem masculina se dissipa quando a testosterona cai. Algumas vantagens, como sua maior estrutura óssea, maior capacidade pulmonar e maior tamanho do coração, permanecem. A testosterona também promove a memória muscular — uma capacidade de recuperar a massa muscular após um período sem treinamento, aumentando o número de núcleos nos músculos, e esses núcleos adicionados não desaparecem²⁰.

Os níveis de testosterona sempre entram em pauta como fator de vantagem biológica usado por pessoas contrárias à participação de pessoas trans no esporte, entretanto esse argumento já foi refutado e comprado por diversos pesquisadores.

¹⁹ Fonte: Números mostram que atleta trans tem desempenho inferior a rivais na Superliga. Disponível em:

<<https://www.gazetadopovo.com.br/esportes/numeros-mostram-que-atleta-trans-tem-desempenho-inferior-a-rivals-na-superliga-4hc6fxw0lf7x6m6l025sg4k0x/>> Acesso em: 7 ago. 2022

²⁰ Fonte: Atletas transgêneros têm chance de disputar a Olimpíada de Tóquio? Entenda. Disponível em:

<<https://www.uol.com.br/esporte/colunas/lei-emcampo/2020/02/27/atletas-transgeneros-tem-chance-de-disputar-a-olimpiada-de-toquio-entenda.htm>> Acesso em: 9 ago. 2022

As comprovações científicas evidenciam que não há qualquer vantagem das atletas trans, uma vez que o nível de testosterona cai (apud SILVA, 2019).

Tais pesquisas, alinhadas ao acompanhamento médico regular e a terapia hormonal, coloca no mesmo patamar as mulheres trans e as ditas cisgêneras. No entanto, o monitoramento hormonal também permeia a vida das atletas cisgênero. Por exemplo, é comum durante as competições haver o Exame Antidoping, o qual verifica o nível de testosterona no sangue. Segundo Viviane Teixeira Silveira e Alexandre Fernandez Vaz:

O doping das mulheres perturba a matriz heterossexual (rompe com o trinômio sexo/gênero/sexualidade) porque as mulheres dopadas violam a feminilidade heterossexual pelos efeitos de masculinização. São duas as questões que perturbam a matriz heterossexual: o incômodo do doping em si e os efeitos que essas substâncias podem ter sobre a feminilidade convencional. Se não houver feminilidade coerente com a matriz heterossexual, e se essas mulheres deixam de ser claramente diferentes dos homens, a integridade nas categorias homens e mulheres está perturbada e aqueles que são chamados "os homens" ou "as mulheres" já não podem ter certeza do que é uma identidade estável. Qual é o lugar dessa questão na dinâmica do esporte de alto rendimento? O esporte de competição necessita e investe na manutenção da ordem de gênero, tendendo a uma indistinção em favor do máximo rendimento, ainda que a performance inclua um conjunto de expectativas sobre feminilidade e masculinidade. Mesmo mulheres convencionalmente femininas perturbam noções coerentes da heterossexualidade socialmente construídas quando transgridem os limites de performance masculina. (2014, p. 471)

Essa política empreendida no esporte que propõe uma “verificação de gênero”, além de ser machista, significa a autêntica generificação do mundo do desporto através do olhar da heteronormatividade. A inteligibilidade dessa narrativa está diretamente ligada às performatividades de feminilidade e masculinidade

sexista, usadas nesse contexto para conduzir o corpo de Tiffany para o desmerecimento justificado por suas células (NASCIMENTO, 2020).

Assim, a lógica binária imposta às atletas trans para a participação nos esportes põe carreiras como a de Tiffany sob constante vigilância, através do aumento de burocracias, e da redução de seus corpos a valores quantitativos. Essa percepção tendenciosa pode ser vista nas matérias analisadas por Nascimento, as quais “não fazem menção à transfobia e à realidade brasileira em relação às pessoas transexuais e travestis” (2020, p.77).

“O esporte poderia ser, conforme a declaração de Tiffany uma porta de acesso para promoção da dignidade de pessoas trans, além de um direito humano” (apud NASCIMENTO, 2020). Entretanto, casos como esse mostram como tais instituições atuam como lugar de julgamento do gênero, sustentando a heteronormatividade e excluindo as oportunidades para pessoas LGBTI+.

De maneira geral, compreendemos que dentro deste espaço, há uma constante tensão nas instituições de poder que operam e regulam tais práticas. Elas fazem com que frequentemente se questione a validade da presença das pessoas naquele local, perguntando se “isso é realmente legítimo?”, “isso não é injusto?” ou “elu tem como provar isso?”. São questões que permeiam a vida de atletas que não se encaixam na lógica binária onde o esporte está inserido.

Contudo, a noção utópica de uma sexualidade livre de construtos heterossexuais, uma sexualidade além do “sexo”, não conseguiu reconhecer as maneiras como as relações de poder continuam construindo a sexualidade das mulheres [...] (BUTLER, 1998, p.64)

Assim, faz-se necessário que diferentes instâncias da sociedade, inclusive o jornalismo, caminhe para o enfrentamento da lógica cisheteronormativa que regula o reconhecimento ou o não reconhecimento de determinados grupos, combatendo assim a constante segregação de gênero.

COMUNICAÇÃO INCLUSIVA NA TELEVISÃO

No dia 21 de julho de 2021 as seleções de futebol femininas do Canadá e do Japão entraram em campo abrindo as competições dos Jogos Olímpicos de Tóquio, resultando num empate. Entretanto, o que ganhou notoriedade nas redes sociais foi a narradora Natália Lara, do SporTV, que comandou a narração do jogo durante a transmissão da partida, usar o pronome neutro para se referir à Quinn, atleta do Canadá que se identifica com gênero não-binário.

Natália Lara: vamos ter mudança na seleção canadense, vai entrar aí a Rose. Saida, agora vou usar um pronome, “they” Quinn pra entrada da Rose. Quinn que é pessoa trans não-binária. Por isso que a gente fala com pronome neutro. Então, saindo Quinn pra entrada da Rose. Conrado Santana: “elu” está saindo e “elu” e jogou muito bem no meio-campo, marcou demais e provavelmente tá sendo substituído. Marcou, muito Quinn neste meio-campo e tá entrando a Rose justamente pra dar justamente um sangue novo nessa equipe do Canadá que parece que tá cansando²¹.

Durante a narração, ambos comunicadores apresentam conhecimento prévio sobre o uso do pronome neutro e aplicam-no corretamente quando falam delu. Em

²¹ Fonte: Matéria vinculada na TV pelo Globo Esporte. Disponível em: <<https://ge.globo.com/olimpiadas/video/natalia-lara-explica-uso-de-pronome-neutro-em-substituicao-de-quinn-9705369.ghtml>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

um primeiro ponto, Natália, antes mesmo de falar, esclarece dizendo “agora vou usar um pronome” e usa “they Quinn” para se referir a ela. Em um segundo momento, ela segue justificando o uso do pronome neutro dizendo que Quinn é pessoa trans não-binária.

Observando a estratégia de Natália, vemos que sua intenção foi não causar estranheza no telespectador quando este ouvisse o pronome neutro, como se estivesse “pisando em ovos”, algo que se refletiu na própria matéria da Veja,²² que afirmou que se “usou pronomes até então desconhecidos do grande público durante a transmissão no Sportv”.

Também podemos especular que ela estivesse se preparando para qualquer comentário que elucidasse questões como “o que significa they” ou mesmo “por que they Quinn se ela é uma mulher?” Essas são algumas das perguntas comuns quando existe uma retração diante das questões de gênero e do uso da linguagem não-binária.

Olharemos agora para a fala de Conrado Santana, comentarista de futebol da Globo. Ele começa a falar de Quinn usando o prenome “elu” — que corresponde a *they* no português — e segue falando do desempenho de bola no meio de campo. Ele introduz o pronome “elu” falando de forma enfática, dando destaque para a palavra, mostrando a tradução de *they* na língua portuguesa.

Entretanto, em um determinado momento da narração ele fala “marcou demais e provavelmente tá sendo substituído” é falado de forma rápida, quase imperceptível, mas a palavra “substituído” vai pro masculino, demonstrando assim uma falta de um contato anterior, o que acaba dificultando a concordância com o “novo” pronome.

Ambos os comunicadores foram elogiados nas redes sociais e portais de notícias. Todavia, a audiência em volta do episódio foi dividida entre pessoas que os

²² Fonte: Linguagem neutra embala cobertura olímpica ‘não-binária’ na TV. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/tela-plana/linguagem-neutra-embala-cobertura-olimpica-nao-binaria-na-tv/>> Acesso em: 27 out. 2021

elogiavam e os rejeitavam. Inclusive houve quem propagou discurso de ódio contra Quinn argumentando que “pronome neutro não existe” ou que este não era o lugar para esse tipo de “manifestação”.

Ora, o esporte é um lugar social, político e econômico que não foge de ser operado pelas relações de poder, palco frequentemente para reforçar e impor a estruturas de poder em seus atletas e não para empoderar pessoas. A resistência contra essa lógica hegemônica busca reforçar e criar mecanismos possíveis que caminhem no sentido da inclusão.

É fato que o esporte foi e ainda é separado entre duas categorias (feminino e masculino), para mantê-las assim, opiniões transfóbicas, como a de Bernardinho, sugerem a criação de uma categoria específica para as pessoas trans nas competições, e não a inclusão delas na categoria feminina, por exemplo.

Tal opinião apoia-se no sexo biológico e critérios hormonais, afirmando que habilidades como velocidade, resistência e força não são considerados para justificar uma suporta “competição mais justa”²³. Ainda, argumentam que o princípio de igualdade deveria ser aplicado para todas, ou seja, mais uma vez se baseando em características físicas para categorizar as atletas.

Entretanto, isso não é o que as mulheres trans querem, mulheres trans são mulheres e precisam ser reconhecidas como tal. Criar uma categoria específica seria admitir que elas não se enquadram nesta categoria, é desmerecer seus esforços e reforçar sua exclusão deste e de qualquer outra área do esporte.

Pensar em tal possibilidade é admitir uma falsa ideia de que a mulher trans teria uma superioridade física capaz de colocá-la em um patamar maior do que uma mulher cis. Isso também seria dizer que o controle hormonal instituído nas competições não serve de nada. Com isso, quero dizer que argumentar nesse

²³ Fonte: A (não) participação de mulheres trans nas competições femininas. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/362128/a-nao-participacao-de-mulheres-trans-nas-competicoes-femininas>> Acesso em: 16 ago. 2022

sentido é, além de transfobia, entrar em conflito argumentos que já foram cientificamente comprovados e admitidos pelo Comitê Olímpico Internacional (COI),

[...] que permite a participação de mulheres trans que se declarem do gênero feminino desde que tenham nível de testosterona inferior a 10 nmol/L no organismo no período mínimo de 12 meses antes do início de cada competição²⁴.

Então, por que, mesmo com tal comprovação, ainda há episódios como de transfobia dentro do esporte? Ainda, na luta constante por representatividade e respeito, quais são os benefícios para a inclusão e o respeito a pessoas LGBTQIAP+ de um cenário que impulsionou a discussão das problemáticas que envolvem as relações binárias no esporte e o uso da linguagem neutra?

Acho que deveríamos nos perguntar primeiro sobre as condições históricas e sociais da possibilidade deste fenômeno social que aceitamos muito facilmente como algo óbvio, o “esporte moderno”. Isto é sobre as condições sociais que tornam possível a constituição do sistema de instituições e de agentes diretamente ou indiretamente ligados à existência de práticas e de consumos esportivos, desde os agrupamentos “esportivos”, públicos ou privados, que têm como função assegurar a representação e a defesa dos interesses dos praticantes de um esporte determinado e, ao mesmo tempo, elaborar e aplicar as normas que regem estas práticas, até os produtores e vendedores de bens (equipamentos, instrumentos, vestimentas especiais, etc.) e de serviços necessários à prática do esporte (professores, instrutores, treinadores, médicos, especialistas, jornalistas esportivos, etc.) e produtores e vendedores de espetáculos esportivos e de bens associados (malhas, fotos dos campeões ou loterias esportivas, por exemplo) (BOURDIEU, 1983, p.137)

²⁴ Fonte: Atletas trans: Jogos Olímpicos terão homens biológicos em modalidades femininas pela primeira vez. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/atletas-trans-olimpiadas-homens-biologicos-modalidades-femininas-primeira-vez/>> Acesso em: 16 ago. 2022

É importante ressaltar aqui que o pronome *they*(eles-elas em inglês, além do pronome neutro), usado durante as transmissões, já era comumente usado nos Estados Unidos, assim, como o inglês seria usado como principal língua de tradução, depois do japonês, então foi escolhido pelos atletas na competição. Essa decisão tornou-se um mecanismo que não só diminuiu a probabilidade do erro, mas também mostrou que uma vez sabido disso, seria necessária preparação dos envolvidos em todas as instâncias do evento, o que nem sempre aconteceu.

4.1 A falta de preparo prévio nas transmissões

Acontecia, no dia 25 de julho de 2021, as eliminatórias do Skate Street Feminino. Durante a apresentação da skatista Aori Nishimura, atleta do Japão, a narradora e tetracampeã mundial do skate, Karen Jonz, comentou que nem ela, nem o jornalista e narrador esportivo do grupo Globo/SporTV, Sergio Arenillas, estavam preparados para receber a próxima competidora, Alana Smith, pessoa não-binária que está competindo na modalidade skate.

Sergio Arenillas: a Alana Smith, que está ali acompanhando, vem na próxima bateria. Vem daqui a pouquinho para prova.

Karen Jonz: Alan Smith que recentemente é... Fez aí a declaração de ser não-binário e a gente aqui tá pesquisando sobre pronomes, pois logo mais na terceira bateria ela entra e vocês desculpem aí se a gente cometer alguns erros. É um assunto muito importante inclusive para a gente trazer aqui e ser discutido porque eu acredito que muita gente... Nem discutido, mas só apresentar, acredito que muita gente não saiba também e é importante a gente tá vendo isso nos Jogos Olímpicos. Alguns atletas não-binários, muitos atletas LGBT, então é uma questão que a gente realmente não pode deixar de fora²⁵.

²⁵ Link: Durante a apresentação da Nishimura, atleta do Japão, a Karen Jonz comentou sobre Alana Smith, pessoa não-binária que está competindo na modalidade skate. Disponível em: <<https://twitter.com/Tdetrvesti/status/1419461570627874817>>. Acessado em: 26 jul. 2021.

Vale aqui lembrar que Karen Jonz, foi destaque durante as olimpíadas, justamente por seus comentários cômicos e espontâneos durante a narração das provas de street e park. Entretanto, recentemente, em agosto de 2022, a atleta revelou no podcast "Podpah"²⁶ que se decepcionou com a empresa (Globo) ao saber que seria escalada no SporTV e não TV aberta, o que não diminuiu sua visibilidade nas redes sociais na época.

No episódio em que narrou as eliminatórias, podemos observar como não houve nenhuma preparação prévia para receber Alana. Chega a parecer que a Karen está constrangida por não saber sobre Alana e já pede desculpas de antemão aos telespectadores por qualquer erro futuro. Ela chega a dizer que eles deixaram para procurar pronomes para Alana uma bateria antes de sua apresentação.

O erro não foi exclusivo das transmissões brasileiras, os telespectadores da BBC, também puderam presenciar o momento em que os Ed Leigh e Marc Churchill se referiram a ela diversas várias vezes com pronomes errados²⁷, usando she/her durante sua bateria, mesmo que seus pronomes estivesse, literalmente escritos no skate.

Diante disso, é importante lembrarmos que a narração de qualquer esporte requer uma série de preparações prévias antes mesmo de começar a competição, como entender melhor como aquele esporte funciona, suas regras, sua história, as últimas estatísticas, o momento que aquela modalidade está vivendo e os nomes que marcam presença nas competições. Ela ainda ressalta que “é um assunto muito importante, inclusive para a gente trazer aqui e ser discutido”, não houve preparo prévio para que ela ou o Sergio Arenillas narrassem uma competição onde haveria um atleta não-binária. Mesmo ele, que como jornalista tem o papel de apurar e se

²⁶ Link: KAREN JONZ - Podpah #464. Disponível em:

<<https://open.spotify.com/episode/3HvcYHJDpTl1PFIEkY1dAt?si=c0a5037b3f244131>> Acesso em: 25 ago. 2022

²⁷ Fonte: Comentaristas são criticados por errarem repetidamente pronome usado por skatista que se identifica como pessoa não-binária nas Olimpíadas. Disponível em:

<<https://glamour.globo.com/bem-estar/saude/noticia/2021/07/comentaristas-sao-criticados-por-errarem-repetidamente-pronome-usado-por-skatista-que-se-identifica-como-pessoa-nao-binaria-nas-olimpiadas.ghtml>> Acesso em: 30 jul. 2021

preparar para as matérias e transmissões, mostrou-se tão despreparado quanto uma pessoa que nem é de fato comunicadora, mas sim uma convidada do SporTv.

Karem segue dizendo que acredita que muita gente também não saiba e que é importante estar vendo isso nos Jogos Olímpicos, tendo em vista a presença de atletas não-binaries e de muitos atletas LGBT. Se era tão importante, por que o canal não se preparou seus comunicadores para a narração dos jogos onde estas pessoas apareceriam? A resposta tem a ver com o fato de que historicamente mulheres e pessoas LGBTQIAP+ são repelidas do ambiente esportivo, principalmente do âmbito que toca o futebol, sendo, culturalmente e massivamente, um espaço masculino e cisheteronormativo. O jornalismo também tem sua parcela de culpa, quando produz reportagens com abordagens que desqualificam o potencial técnico dessas pessoas e fortalecem a naturalização de estereótipos, o que é corroborado com uma falta de especialização dos profissionais da editoria de esporte.

As entidades que gerenciam o esporte e aos torcedores, também estão ligados na questão cultural que cerca o mundo esportivo, incitando a violência e consolidando estigmas machistas e transfóbicos que se instauraram ao longo dos anos. Este contexto impede, que estes públicos, considerados minorias, tenham maior representatividade na prática esportiva, mas também nas emissoras de comunicação, nos estádios e entre o público torcedor (CRUZ, 2018).

Uma das preocupações sobre os grupos masculinos e as torcidas de futebol é a potencialidade de socialização violenta existente. Essa preocupação ganha corpo e legitimidade quando pensamos que ela opera em uma lógica de socialização que aponta para características de virilidade, homofobia, sexismo, machismo, competitividade e outros. Essas características podem exigir que demonstrações violentas sejam utilizadas como marcador de inteligibilidade dos sujeitos. (BANDEIRA; SEFFNER, 2013, p, 21)

4.2 Por que preparar comunicadores é importante

Os estigmas advindos dos processos de socialização acabam vindo à tona durante as transmissões e reportagens, quando a autonomia concedida pelas empresas à editoria de esportes colocam em pauta narrativas que não seguem necessariamente os padrões técnicos previstos nos manuais de redação (apud Borelli 2002).

Essa liberdade na hora de escolher a comentarista ou colunista, que são, em sua maioria, são ex-jogadoras, ex-árbitras, ex-atletas e outras personalidades, faz com que o critério de escolha tenha como base experiências empíricas. Ou seja, a informalidade descrita por Borelli (apud, 2002) abre precedentes para que falhas éticas possam ocorrer nos discursos jornalísticos. O resultado dessas escolhas faz com que seja comum que as pessoas escolhidas emitam suas opiniões durante as competições, tendo em vista que, a grande maioria não tem formação superior no jornalismo, o que, como visto anteriormente, também não garante que o preparo seja pleno.

Sabe-se que a linha editorial das empresas jornalísticas segue os interesses de seus donos e patrocinadores, conseqüentemente, a produção deve seguir a linha ideológica de seus donos em prol de fortalecer os ideais editoriais.

À proporção que associam comportamentos, valores, atitudes a um ou a outro gênero, as representações midiáticas ajudam a formular o que reconhecemos como feminilidade e masculinidade, estando imbuídas, portanto, as relações de poder entre os gêneros, reiterando e construindo desigualdades. A mídia forma opinião, uma opinião deformada sobre a imagem da mulher, criando uma falsa realidade sobre ela. (apud CHAVES, 2015, p, 4,5)

Assim, a especialização jornalística é de primordial importância para diminuir essa informalidade, resultado de toda essa autonomia. Através dela, seria possível agregar críticas sociais concretas às matérias, contribuindo assim com os conteúdos

que não estivessem carregados de preconceitos e se afastassem do senso comum (CRUZ, 2018).

CONCLUSÃO

Esta pesquisa me possibilitou conhecer a Teoria Queer e saber como ela pode ser utilizada, como ferramenta dentro das transmissões esportivas, auxiliando na criação de uma interpretação crítica capaz de conscientizar comunicadores e empresas a fim de ampliar as possibilidades de consciência ético-social.

Assim, ao analisar as transmissões esportivas escolhidas da grade de competições dos Jogos Olímpicos 2021, ficou evidente a necessidade de preparação numa edição em que teve pelo menos 160 atletas assumidamente membros da comunidade LGBTQIAP+, mas que nem todos estavam preparados para recebê-los.

Durante a análise, a narradora Lara apresentou a melhor preparação para narrar o jogo entre Japão e Canadá, o preparo prévio foi fundamental para a narração. Ela e Conrado também apresentaram cuidado na hora de introduzir o tema na TV tendo em vista que haveria pessoas não familiarizadas com a linguagem não-binária.

Em contrapartida, a equipe do Sportv, Karen Jonz e Sergio Arenillas, mostrou que a falta dessas estratégias num preparo prévio admitem o erro do pronome de

quem e com quem se fala, o que abriu espaço para o constrangimento. Algo que poderia facilmente ter sido evitado.

Compreendemos que a falta de comprometimento ético, está ligada a dois fenômenos: o machismo e a LGBTfobia. Esses atores influenciam, manipulam e reiteram uma prática do esporte intolerante que alcança todas as suas instâncias, dentro e fora das quatro ou nas editorias esportivas. A sociabilização desses sujeitos, pautada no binarismo, também contribui para a perpetuação da lógica cisheteronormativa e dos processos coercitivos de sociabilização.

Mesmo diante disso, atletas como Alana e Quinn, que marcaram presença na competição, trouxeram representatividade para Jogos e fizeram que a cobertura se posicionasse e se adequasse diante da ocupação de espaços historicamente segregacionistas. Ou seja, elus que foram a principal fonte do impulsionamento da visibilidade das performatividades que não são binárias, mesmo diante da resistência, ocuparam o palco das discussões nas redes sociais, blogs e portais.

Hoje, ainda existem redações e editorias de esporte que possuem um ethos masculino, que segrega a presença feminina e transpassa para suas publicações falas, pautado nos interesses de seus donos e patrocinadores, neste âmbito ainda há muito o que trilhar para atingir a resignificação de toda essa estrutura.

Sabendo disso, é necessário que esse processo de ruptura do poder instituído comece de dentro para fora, mesmo que seja lento e gradual, ele é primordial que haja uma mudança comportamental e ideológica das empresas jornalísticas a fim de acabar com o silêncio culturalmente instituído às minorias.

Ainda no âmbito jornalístico e tendo em vista as falhas que analisamos durante do texto, também é primordial a presença mais frequente de profissionais especializados para narrar as transmissões ou preparar os convidados para os VTs. Aquelas que não se preocupam com tais questões estão sujeitos ao erro e a reproduzirem comportamentos transfóbicos ou machistas.

A contratação de comentaristas que fizeram sua vida profissional no esporte, abre uma brecha para as opiniões de senso comum, ocupando um espaço que deveria, por excelência, ser preenchido por profissionais com formação em jornalismo, dotado de conhecimentos específicos da editoria esportiva.

Assim, pensar além das expectativas de gênero no jornalismo esportivo, é pensar em formas de fazer uma comunicação mais inclusiva cujo objetivo seja dar mais espaço e visibilidade para os grupos que não ocupam esse lugar naturalmente e propagar o respeito e a integração de todos os grupos.

Desta forma, será possível um debate mais franco a fim de contestar os padrões os quais o esporte e o jornalismo esportivo estão inseridos, buscando assim mais visibilidade para mulheres e para o público LGBTQIAP+.

Traçar novos caminhos para o jornalismo esportivo que estabeleçam novas possibilidades, ver e viver o esporte é primordial, é dever de todos que o vivenciam, incluindo os mandatários de clubes, confederações e federações, jornalistas esportivos, atletas no geral e torcedores.

Posto isso, essa mudança ideológica e comportamental, advinda destes grupos que reproduzem uma lógica binária dentro do esporte, pode, enfim, resultar em um esporte e um jornalismo esportivo mais diverso e menos segregador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO et al. Mulheres no jornalismo esportivo brasileiro: uma análise da atuação profissional sob o olhar do mercado de trabalho. 2020. Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo - Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2020.

CRUZ, Simon. É coisa de macho?! Hierarquização de gênero no futebol: O machismo e a homofobia refletidos no jornalismo esportivo sobre futebol. Belo Horizonte, 2018.

BOURDIEU, Pierre. Sobre a Televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, Rodrigo Henrique de Jesus. Transexualidade e esporte: uma análise dos discursos midiáticos jornalísticos. 2020. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e

Sociedade) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019.

RODRÍGUEZ, Marcelo et al. LINGÜÍSTICA E JORNALISMO: ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DA LINGUAGEM NEUTRA PELO JORNAL ARGENTINO PÁGINA/12. Revista da Jornada de Pós-graduação e Pesquisa, Rio Grande do Sul, vol. 16, nº16, p.136-142, outubro. 2020.

Tilio, R., & de Paiva Pelet Vieira, M. (2021). SISTEMAS DE LINGUAGENS NÃO-BINÁRIAS EM GÊNERO E SEXUALIDADE. Revista DisSoL - Discurso, Sociedade E Linguagem, (13), 42-54.